

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA A-6

Habitação e seus problemas

Invasão e construção de casas caminham lado a lado em Guarujá

Ocupação desta semana em Cantagalo ocorre um dia depois de publicação da contratação de empreiteiras

SIMONE QUEIRÓS

DA SUCURSAL

Por coincidência, ou não, a invasão no terreno do Cantagalo, onde será construído um grande empreendimento habitacional em Guarujá, ocorreu exatamente após a publicação, no Diário Oficial do Município, da contratação das empresas que darão início à obra.

Um dia antes da invasão, que começou a se articular na noite de 25 de outubro, foi publicada no DO a seleção da empresa Cocco para a construção das casas na área. Três dias antes dessa data, houve a contratação da Naumitra Engenharia Ltda, que ficará responsável pelo projeto de participação comunitária. E, no dia 18 de outubro, foi a vez da publicação da empresa que fará a infraestrutura do local, a Terracom. Todas as licitações estavam em andamento desde o primeiro semestre.

“A ordem de serviço já pode ser dada, mas as famílias precisam sair de lá antes. Não é justo que eles tomem a frente de pessoas que estão há anos em um cadastro esperando moradia”, afirma o secretário municipal de Habitação de Guarujá, Carlos Alberto Soares de Souza.

Ao todo, serão construídas 1.148 residências na área. Entretanto, a produção de novas casas representa menos da metade do projeto, que beneficiará no total mais de 2.500 famílias com a consolidação de moradias no próprio local por meio de infraestrutura. “Dentre os invasores pode haver, inclusive, famílias que serão beneficiadas por esse projeto”.

DÉFICIT

Esta, entretanto, é a ponta do



DIVULGAÇÃO

No Parque da Montanha, na Vila Edna, 881 moradias estão sendo construídas para tentar reduzir o déficit habitacional do Município

iceberg do déficit habitacional da Cidade, que foi detalhado por meio de um extenso diagnóstico, finalizado em 2011. Trata-se do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), assinado em 2007.

Esse estudo deveria ser concluído até dezembro de 2012 por todos os municípios ou estados que desejassem aderir ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e, conseqüentemente, receber recursos de seu Fundo.

Por meio desse diagnóstico, a Prefeitura identificou que, para colocar em prática todos os seus projetos habitacionais, seriam necessários pelo menos R\$ 955.272.270,64. Atualmente, 33.263 famílias estão vivendo em áreas subnormais, seja pela falta de infraestrutura, por serem áreas de risco ou por não terem regularização fundiária. Isso representa cerca de 40% da população. É o resultado de seis décadas de ocupações desordenadas.

Os projetos em desenvolvi-

mento pelo Município serão responsáveis pela construção de 10.787 novas moradias e a consolidação de mais de 21 mil.

“Já temos contratada a execução de aproximadamente 6 mil casas e a consolidação de 8.500 no próprio local. Dessas, 881 estão sendo construídas no Parque da Montanha (na Vila Edna). Ou seja: já temos garantida a construção de pelo menos metade das que essa população precisa”, afirma o secretário de Habitação.

Em recursos dos programas

de aceleração do crescimento 1 e 2, a Prefeitura tem garantidos R\$ 455 milhões entre as obras que estão sendo executadas e as contratadas. Mas a maioria dos recursos, 52,30%, ainda não está garantida. Projetos para a fase 2 da Enseada, além de Santa Rosa, Primavera e Perequê, que somam R\$ 349,8 milhões em investimentos (36,62%), ainda não têm como sair do papel.

Entretanto, uma novidade pode surgir em breve. Está em negociação com o Governo do

Desde 1950

Além do Villa do Sol, Morrinhos também soma invasões em um terreno particular e em uma área pública próxima ao empreendimento Parque da Montanha, que já tem mais de 800 casas construídas - e que não foram invadidas porque, conforme apurado por A Tribuna, pessoas que fazem a segurança, e que são de uma comunidade próxima, não permitiram. Essas invasões remontam ao início da favelização de Guarujá, na década de 1950. A primeira ocupação irregular surgiu no Morro da Glória e foi motivada pelo desenvolvimento imobiliário na orla. Outro fato foi uma tragédia no Morro do Marapé, em Santos, que deixou muitas pessoas desabrigadas. Os moradores foram trazidos para o Pae Cará, em Vicente de Carvalho. O bairro foi urbanizado na década de 1970. Nessa época já existiam núcleos na Enseada, Vila Júlia, Vila Baiana, Vila Sapo e Vila Rã, com aproximadamente 20 mil pessoas. Guarujá criou então um plano de habitação que visava atender a toda essa demanda. Com recursos também do Governo Federal, seriam urbanizados três lotes em uma área até então inóspita, criando Morrinhos 1, 2 e 3, por meio do Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados (Profilurb). Mas a aprovação do Senado demorou tanto para sair, que o projeto foi descaracterizado. A gestão municipal que assumiu logo depois não deu continuidade ao projeto, que na época erradicaria as favelas da Cidade. Decidiu-se, então, que ele deveria contemplar toda a região. Com isso, Morrinhos 3 acabou sendo invadido por novas famílias que vieram para a Cidade

Estado a inclusão de Guarujá no Programa Litoral Sustentável, que retira famílias de áreas de risco e recompõe a Mata Atlântica.

Secretário pretende passar ‘pente fino’ em cadastros

Além das mais de 33 mil famílias já cadastradas pela Prefeitura, que moram em condições subnormais e ganham até três salários mínimos, há, ainda, aproximadamente 40 mil famílias cadastradas voluntariamente para obter uma moradia por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Essa lista pode conter nomes de pessoas que moram de aluguel, na casa de parentes, ou, ainda, de pessoas que se cadastraram já estando inscritas para projetos habitacionais. E, até, quem cadastrou várias pessoas da família para obter mais de uma casa.

“Vamos cruzar todos os dados e só terá direito quem ainda não foi contemplado, seja pelos programas habitacionais do Município ou seja pelo próprio Minha Casa, Minha Vida”, afirma o secretário de Habitação de Guarujá, Carlos Alberto Soares de Souza.

Esses projetos do Minha Casa, Minha Vida a que se refere o secretário são os que não preveem recursos governamentais, sendo erguidos por intermédio de empresários. Entretanto, a Prefeitura tem direito a direcionar 50% da demanda.

“Pessoas que moram em condições subnormais e que ainda não estão direcionadas para um projeto habitacional podem ser contempladas”, afirma ele.

LOCAÇÃO SOCIAL

Guarujá tem aproximadamente 600 pessoas recebendo loca-

Direito



“Vamos cruzar todos os dados e só terá direito quem ainda não foi contemplado, seja pelos programas habitacionais do Município ou seja pelo próprio Minha Casa, Minha Vida”

Carlos Alberto Soares de Souza, secretário de Habitação de Guarujá

ção social de R\$ 200,00 por mês. A maioria, ao todo 145 famílias, mora na Prainha e mudará para o empreendimento Parque da Montanha, na Vila Edna. Outra grande parte mora na Vila Baiana. São, ao todo, 126 famílias, cujo destino será o futuro empreendimento onde hoje está a invasão no Cantagalo.

Outras 62 famílias vivem na área quase embaixo da ponte sobre o Rio Santo Amaro, no Santo Antônio. “Essas serão beneficiadas pelo Minha Casa, Minha Vida, que será construído próximo a essa região”, afirma Carlos Souza. (SQ)

PAR Villa do Sol será demolido

Somente neste ano, a Equipe Multidisciplinar de Combate a Invasões da Prefeitura de Guarujá realizou 23 operações para evitar o crescimento desordenado de comunidades. Foram realizadas 116 vitórias, 64 cientificações, 92 notificações, 104 embargos, uma apreensão, 207 intimações, 11 autos de infração e 166 demolições.

O que também deverá ser demolido em breve, mas por outro motivo, são as ruínas do conjunto residencial PAR Villa do Sol, em Morrinhos, também invadido. A demolição está em fase final de licitação. A previsão é de que a construção do futuro empreendimento no local tenha início no primeiro semestre do próximo ano.

Construído pela Caixa Econômica Federal (CEF), o conjunto contemplaria 488 famílias. Foram gastos mais de R\$ 4 milhões do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) durante os três anos seguintes, quando a obra teve que ser paralisada.

Problemas na fundação do terreno provocaram o afundamento de parte do solo, colocando as edificações em risco. No ano passado, a Prefeitura comprou a área por R\$ 3.981.790,30. Ali serão construídas 832 unidades, sendo 400 destinadas à quarta fase do Projeto Favela Porto Cidade e o restante para o Minha Casa, Minha Vida. (SQ)

Perfil de invasores: jovens e carentes

ALESSIO VENTURELLI

Elles têm em média entre 18 e 35 anos. São, em sua maioria, chefes de família oriundos de comunidades vizinhas às áreas que invadiram. Têm filhos em idade escolar; moram junto de outros parentes, seja de favor ou dividindo aluguel. Boa parte não tem emprego fixo e tira o sustento de bicos. Embora todos aleguem a necessidade de um teto digno para morar, quase nenhum é cadastrado em programas habitacionais.

Esse é o perfil das cerca de 700 pessoas que ocupam os seis terrenos invadidos ao longo desta semana, em Guarujá.

SANTO ANTÔNIO

No caso do Santo Antônio, a área pública (na Avenida Francisco Arnaldo Gimenez, à beira do Rio Santo Amaro) há anos trazia transtornos para a comunidade do Mangue Seco.

“É um terreno enorme, que estava repleto de lixo, entulho e carcaças, só servindo para os noias e urubus”, argumenta a desempregada Sônia Barbosa Alves, de 34 anos, convencida de que a entrada das 54 famílias que ocupam a área desde a noite de quarta-feira foi a melhor solução.

“Nós, pelo menos, estamos cuidando. Coisa que a Prefeitura nunca fez”, destaca. Há três dias, trabalha na limpeza do terreno onde pretende erguer uma casa e morar com o marido e seis filhos.

“Estamos morando na casa de duas cunhadas. Nossa única rendavem de alunganches que ven-



ROGÉRIO SOARES

Uma das áreas recém invadidas em Morrinhos: falta de política

Situação atual

A Prefeitura já obteve duas liminares de reintegração de posse na Justiça (referente ao Cantagalo e ao Conjunto Vila do Sol). Porém, até o final da tarde de ontem nenhuma ação foi realizada nesses locais. Por outro lado, as polícias Militar e Ambiental vêm se fazendo presente nas áreas, com rondas e patrulhamentos

do no bairro. Não dá praxada”.

CANTAGALO

No caso do Cantagalo, o principal argumento dos invasores é a demora no processo de regularização fundiária, assim como os projetos habitacionais há anos prometidos, mas que

nunca saem do papel.

“Há décadas a gente vive aqui pagando aluguel, sempre ouvindo promessa de que vão urbanizar, abrir cadastro, colocar esgoto”, diz a desempregada Patrícia Messias, de 30 anos, que já mudou com os quatro filhos e o marido para o barraco recém-erguido na área invadida - a exemplo de outras cerca de 100 famílias.

MORRINHOS

Situação semelhante à do Cantagalo ocorre nas três invasões de Morrinhos, onde a queixa é a falta de políticas habitacionais e, principalmente, da demora na execução das obras para o Conjunto Vila do Sol.

“É muito papo furado, e isso cansa. Se não fazem nada, a gente faz”, resume um invasor de 31 anos, que pediu para não ser identificado”.